

#### GABINETE DO VEREADOR SARGENTO ROMANHA

PROJETO DE LEI nº. /2025

DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO PRECO PÚBLICO REFERENTE AO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO - ZONA AZUL DIGITAL - PARA MOTOCICLETAS, MOTONETAS E CICLOMOTORES, NO MUNICÍPIO DE LINHARES.

O vereador CARLOS ROBERTO ROMANHA, no uso de suas atribuições legais, submete à Câmara Municipal de Linhares, o seguinte Projeto de Lei Ordinária:

- Art. 1º Ficam isentos do pagamento do preço público referente ao Sistema de Estacionamento Rotativo - Zona Azul Digital - todos os veículos do tipo motocicleta, motoneta e ciclomotor, quando estacionados em vagas demarcadas pelo Poder Público Municipal no território de Linhares.
- § 1º A isenção prevista no caput aplica-se exclusivamente às vagas destinadas ou permitidas para estacionamento de motocicletas, motonetas e ciclomotores, observadas as normas de trânsito e a sinalização existente.
- § 2º O estacionamento deverá respeitar o tempo máximo de permanência estabelecido em regulamento para as áreas de Zona Azul, sob pena de aplicação das sanções previstas no Código de Trânsito Brasileiro e na legislação municipal.
- Art. 2º As motocicletas, motonetas e ciclomotores deverão estacionar exclusivamente nas áreas previamente demarcadas e sinalizadas para esse tipo de veículo, observadas as normas de segurança viária e o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
- Art. 3º Caberá à Secretaria Municipal de Segurança Pública e ao órgão gestor da Zona Azul Digital adotar as providências necessárias à adequada sinalização e divulgação da presente Lei, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a publicação.



Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5°. Esta Lei entra em vigor no próximo ano corrente.

Palácio Legislativo Antenor Elias, 19 de setembro de 2025.

CARLOS ROBERTO ROMANHA – SARGENTO ROMANHA

Vereador – PL





#### **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir a isenção de cobrança de tarifa do sistema de estacionamento rotativo – conhecido em nossa cidade como Zona Azul Digital – para motocicletas, motonetas e ciclomotores no Município de Linhares, adequando a norma municipal à realidade do trânsito local.

A Zona Azul é o serviço público de estacionamento rotativo regulamentado pelo Decreto Municipal nº 962, de 5 de julho de 2023. Trata-se de um sistema que organiza o uso das vagas em vias públicas, permitindo a rotatividade de veículos por meio de controle digital. Para utilizá-lo, o condutor deve informar a placa do veículo, o horário de chegada e o tempo de permanência, efetuando o pagamento correspondente, enquanto a fiscalização é realizada pelos agentes de trânsito.

A competência legislativa para tratar da matéria é incontestável. O artigo 30, inciso I, da Constituição Federal confere aos municípios a prerrogativa de legislar sobre assuntos de interesse local, o que inclui a organização e a prestação de serviços públicos relacionados ao uso do solo e à mobilidade urbana. O Código de Trânsito Brasileiro, em seus artigos 24, incisos I e II, reforça essa atribuição ao estabelecer ser dever dos órgãos executivos municipais planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos.

A cobrança tarifária para motocicletas, contudo, mostra-se desarrazoada por diversos fatores. Esses veículos ocupam espaço significativamente menor que os automóveis, sendo comum que em uma única vaga destinada a um carro seja possível acomodar várias motos, o que reduz o impacto sobre o espaço viário.

Além disso, costumam estacionar de forma perpendicular ao meio-fio, muitas vezes "de costas para a calçada", circunstância que inviabiliza a fixação do comprovante de pagamento exigido pelo sistema rotativo, gerando dificuldades de fiscalização e aumento de custos administrativos. Soma-se a isso o fato de que o uso de motocicletas contribui para a fluidez do trânsito e para a redução de emissões de poluentes, em conformidade com a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/2012), que incentiva o uso de meios de transporte de menor impacto ambiental.

Página 3 de 4



Assim, a proposta ora apresentada corrige uma distorção existente no Decreto nº 962/2023, trazendo maior racionalidade ao sistema de Zona Azul e observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência administrativa previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal.

A aprovação desta Lei não acarretará impacto financeiro relevante para o município, mas representará significativo avanço na mobilidade urbana, ao incentivar o uso de veículos de menor porte, reduzir congestionamentos e garantir justiça na cobrança das tarifas públicas. Por todas essas razões, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, que se mostra juridicamente sólido, socialmente justo e alinhado ao interesse público de nossa cidade.

Palácio Legislativo Antenor Elias, 19 de setembro de 2025.

CARLOS ROBERTO ROMANHA – SARGENTO ROMANHA Vereador – PL



#### PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade utilizando o identificador 3300320030003600360033003A005000

Assinado eletronicamente por CARLOS ROBERTO ROMANHA em 19/09/2025 12:36 Checksum: 65EB0659438D181E85FC15C96D17AEE1A1E959BB5B4EB10B0E899E002403538B

